

# Quando se trata de investigar "crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social"...

**Umaia El-Khatib**

Docente do Curso de Terapeuta Ocupacional da UFSCar, mestre em Saúde Pública (Saúde Materno-Infantil), pela Faculdade de Saúde Pública da USP

## **Resumo:**

Este trabalho apresenta os resultados parciais de um levantamento bibliográfico sobre "crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social" e aponta dificuldades conceituais para a delimitação do problema. Apresenta-se aqui uma relação dos títulos selecionados, classificados por tema (ou situação) principal de referência dos respectivos autores, buscando demonstrar como a literatura reflete a abrangência do problema e a diversidade das situações.

**Palavras-chave:** crianças de rua, menor, abandonados, prostituição infantil, infrator, crianças carentes, trabalho infantil, situação de risco, criança, adolescente

Tomar "crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social" como objeto de investigação não é uma tarefa fácil. Diversamente do que ocorre com outros objetos de pesquisa, como "a deficiência" ou "desenvolvimento humano" de fácil acesso bibliográfico, constatou-se, que embora exista uma literatura farta, acerca da criança/adolescente em situação de risco pessoal e social, o acesso a essa literatura se dá, mais freqüentemente, através de expressões e termos que refletem características da condição de "risco pessoal e social". Ao que parece, a expressão "risco pessoal e

social" é pouco utilizada e mais recente que os termos ou expressões relativos à condição de risco pessoal e social, tais como "crianças de rua", "crianças abandonadas", "crianças carentes", "menor de rua", "menor abandonado", "menor infrator" e outros.

A partir desses termos e expressões, foi possível constatar que como problema, "crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social" abrange uma diversidade de temas (ou situações), que se constituem verdadeiras áreas de investigação. Freqüentes na literatura - alguns mais outros menos, esses temas

conjugam uma série grande de textos, que permitem perceber a abrangência e complexidade do problema.

A análise inicial deste material demonstra a necessidade de estabelecer limites muito precisos, para o que se pretende estudar, frustrando parte das pretensões investigativas, na medida em que cada um desses temas apresenta suas próprias especificidades ou diferentes problemas. Dessa forma cada tema (ou situação) pode ser tomado, não isolada, mas individualmente como um universo singular a ser estudado.

Quais são afinal esses temas ou situações?

Para que problemas apontam?

Passamos a descrevê-los, alertando para o fato de que a análise se dá, a partir de um procedimento prévio de classificação dos títulos selecionados para esse estudo, feita com base na identificação do tema (ou situação) central de referência do autor.

- **Meninos(as) de rua, crianças carentes, crianças abandonadas, menores abandonados:** a análise dos textos relativos a este tema, permite identificar pelo menos dois problemas. Um primeiro relativo à questão conceitual - ausência de definições, uso indiferenciado para os qualificativos "carentes", "de rua" e "abandonados", o que pode explicar, pelo menos em parte, o segundo problema, que é a magnitude, às vezes exorbitada do problema, baseada, por sua vez, em cifras superestimadas, cuja metodologia não é identificada. São raros os levantamentos, para contagem dessa população. ROZEMBERG (1993) é referência obrigatória, para entender esses problemas e suas implicações.

Outra constatação nos parece ser de fundamental importância e aponta para um problema, que requer destaque: a condição/situação social (de "estar na" ou "ser de rua", "pedinte", "pivete", "moleque de rua", etc...)

se sobrepõe ao papel social (criança/adolescente). É fundamental consultar GRACIANI (1992; 1996) para compreender como e porque isso ocorre. Vários estudos tomam "crianças e adolescentes" por "menores". Essa denominação não é casual, na medida em que é utilizada para definir a condição marginal e de exclusão em que vivem crianças e adolescentes. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990) "inaugura" a aplicação ou uso, no texto da lei, dos termos "criança e adolescente", refletindo, entre outros, avanços na concepção do problema relativo à criança em situação de risco social.

A análise de outros textos (projetos e propostas de ação) direcionados para a solução do problema, mostra, contudo, que a despeito desses avanços, há distância entre perspectivas conceituais e as práticas, voltadas de modo geral, ingênua ou perversamente, para o atendimento da criança e sua família, numa perspectiva redutora, de integrá-las ou recuperá-las, via sua adequação aos parâmetros de comportamento "socialmente aceitáveis".

- **Trabalho infantil ou "exploração do trabalho infantil":** a literatura acerca desse tema, abundante. (O problema não é, novidade). Inevitavelmente aparece em discussões sobre a criança/o adolescente em situação de risco.

Diversamente do que ocorre com o problema "meninos(as) de rua" que, pretensamente tomado como problema afeto a países de "3º mundo" - América Latina e Brasil principalmente, esse é um problema generalizado, atingindo países desenvolvidos ou não. A revista *Nouvel Observateur*, citada por TONIN (1996), apresenta a alarmante situação mundial, enquanto trabalhos como os de HUZAK e AZEVEDO (1994) e do GRUPO DE TRABALHO NACIONAL (Tribunal Nacional contra o

Trabalho Infantil, 1995) colocam-nos frente à gravidade da situação das crianças brasileiras que vivem esse problema (ou "sobrevivem a ele").

A nós parece, que a maior dificuldade presente no tratamento desse tema reside na contradição entre números e estimativas e a realidade observada. Se, de um lado o limite mínimo de idade para o trabalho é 14 anos, e nem todo tipo de atividade exercida pela criança é considerado "trabalho" infantil, de outro, sabe-se que há muitas crianças muito pequenas, menores dos 10 anos (até de 5 e 6 anos), exercendo muitas formas de trabalho, não havendo portanto coincidência entre as cifras divulgadas e o contingente de crianças efetivamente explorado pelo exercício de qualquer atividade remunerada. Os dados obtidos a partir de encontros e textos de Conselhos Tutelares e Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, e Seminários sobre a criança em situação de risco, dão consistência à esta afirmação. A consequência é que não reconhecido o problema em sua magnitude, não é possível enfrentá-lo adequadamente.

A proposição de Pactos, como o de Minas (1994), o do Bandeirantes (1996), ou o de Araraquara (1996), reunindo os setores público, empresarial, sindical, acadêmico e outros da sociedade civil, pela erradicação do trabalho infantil, a despeito das concepções ou metodologias propostas, ou das motivações que mobilizam cada setor, sinaliza para um possível avanço, podendo resultar num melhor dimensionamento do problema. Numa perspectiva ainda mais otimista, pode implicar a mobilização de municípios cujos poderes públicos sequer admitem a existência do problema, ou quando admitem, tomam-no por inexpressivo. A necessidade de pesquisas, para o diagnóstico do problema, em termos municipais é evidente.

Outro ponto fundamental de discussão quando se trata da exploração da mão-de-obra infantil, é a sua representação social. Os textos permitem perceber, que seus determinantes econômicos (redução do custo do trabalho), são mascarados pela idéia "salvadora" do trabalho ("é melhor trabalhar, do que ficar na rua", "é melhor trabalhar, do que virar bandido"). É a leitura do preconceito, que estabelece a delinqüência e o trabalho precoce (ou "profissionalização") como alternativas de sobrevivência do "adolescente pobre, que não "pode" estudar", "tem que trabalhar cedo, porque senão vira delinqüente". Ressalta-se, que mesmo a categorização de "aprendiz" legitima muitas situações concretas de exploração do trabalho infantil.

Uma última observação é necessária. Refere-se à utilização do termo 'exploração' do trabalho infantil ou da mão-de-obra infantil. Consultada a literatura, verifica-se que 'exploração' é termo de significado abrangente, envolvendo outras formas ou situações de risco pessoal e social. Além do trabalho aparece relacionado à prostituição infantil, uso e tráfico de drogas, bem como em discussões sobre a violência.

- **Prostituição infantil:** voltados para este tema, encontramos na literatura, desde textos de caráter mais acadêmicos (menos freqüentes) até matérias jornalísticas (abundantes).

Em alguns casos, como o que ocorre com as matérias de autoria de DIMENSTEIN (1995), que resultaram em título de consulta inevitável no tratamento do tema, foi assunto de exaustivo tratamento na imprensa escrita. Alguns textos remetem para a oportunidade das drogas, colocando não apenas a criança/adolescente que vive essa situação, como vítima usuária, mas como elemento que incorporado à cadeia do tráfico. Dados acerca dessa realidade são também

relatados pela imprensa falada, incluindo-se as reportagens de tv.

Contudo, o melhor e mais completo documento sobre prostituição infanto-juvenil, não foi localizado em arquivos bibliográficos, mas cedido por profissional, pedagogo e pesquisador com atuante na área (crianças e adolescentes em situação de risco social). Trata-se do "Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Apurar Responsabilidades pela Exploração e Prostituição Infanto-Juvenil" (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 1994) que reúne além dos referenciais de natureza teórica, quanto à natureza do problema, pesquisa de campo e depoimentos (pelo menos 100) de organizações governamentais e não governamentais, representantes do poder executivo, judiciário e outros envolvidos ou comprometidos, direta e indiretamente com o problema, ou com as crianças e adolescentes que vivem esta trágica realidade. A contundência do relatório na descrição deste quadro é tamanha, que nos fez pensar o quanto a produção acadêmica parece superficial, tímida e incipiente diante da magnitude e complexidade do problema.

O mesmo relatório nos dá conta da realidade brasileira, destacando a situação mais crítica de alguns estados brasileiros, analisa os avanços legais, propondo reformulações e medidas outras, que implicam não apenas a responsabilidade e a mobilização de todos os setores (sociedade civil e Estado), mas a necessidade da concentração de esforços e recursos, para a consecução de políticas públicas e programas de atenção à criança e ao adolescente, de caráter não apenas integral, mas integrado.

- **Drogas, drogadição na infância:** embora esse seja, provavelmente, o tema de maior volume bibliográfico, quando tratado genericamente, o mesmo não ocorre quando se trata de sua especificidade em

relação à situação de risco pessoal e social, reduzindo-se expressivamente a respectiva bibliografia.

Outra constatação importante refere-se à natureza desses textos, que contempla pelo menos dois tipos diferentes de abordagem. Uma de caráter mais "clínico" e epidemiológico, voltada para os efeitos e a prevalência do uso das drogas, de diferentes tipos, na população juvenil. Outra de caráter mais amplo, voltada para os determinantes sociais do problema da drogadição na infância e adolescência. Observa-se inclusive a distinção entre as conceituações utilizadas por uma e outra abordagem.

É para nós, tema de passagem obrigatória para quem pretende discutir "crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social".

- **Violência e vitimização infantil:** certamente é o tema de maior abrangência e a literatura sobre "violência" é igualmente farta. Contudo, no que se refere especificamente à violência contra a criança e o adolescente, o volume de textos diminui expressivamente, não significando com isso que seja pouca a literatura a respeito. Pela questão, passam, embora tangencialmente, muitos textos relativos aos temas acima referidos.

Observa-se também aqui, pelo menos duas tendências diferentes na abordagem do problema. Uma centrada nas conseqüências orgânicas da vitimização é voltada principalmente, para uma intervenção de natureza clínica. Outra centrada nos determinantes (de natureza sócio-econômica) do problema. Nesse caso, a concepção do problema, cuja grandeza de complexidade chama a atenção, sinaliza para a necessidade da discussão conceitual do que vem a ser "violência contra a criança e o adolescente", e conseqüentemente das formas com que pode se apresentar. Mais além, passa pela

necessidade de discussão das "agressões contextuais", como a "privação de cidadania", citadas por BARRETO (1996), e pela discussão dos determinantes de natureza político-econômica, citados por PINHEIRO (1989) e outros mais.

Uma dificuldade com relação ao tratamento desse tema tem especial importância. Refere-se ao silêncio em torno do problema, a despeito das muitas evidências. Há, apesar disso, pelo menos dois autores - SANTOS (1987) e DIMENSTEIN (1990; 1992; 1995; 1995a), cujos trabalhos merecem destaque com relação ao enfrentamento, por vezes contundente do problema, o que provavelmente decorre da experiência direta dos autores com o mesmo.

O já referido Relatório Final da CPI da Prostituição Infanto-Juvenil, entretanto, descreve situações de violência sofridas por crianças e adolescentes, não encontradas em nenhum outro texto. Através deste estudo pode-se perceber que a violência subjaz como elemento determinante de uma trajetória perversa e fatal percorrida por crianças e adolescentes, de todas as classes sociais. Uma trajetória que começa na violência em casa e progride na rua, onde se perpetua o ciclo. Tornam-se "mercadoria" "barata" e "descartável" nas mãos de adultos criminosos que vivem impunemente da exploração da prostituição infantil, do tráfico de drogas e da prática de crimes. Apesar do freqüente silêncio em torno do problema, a violência contra a criança e o adolescente, já foi motivo de CPI (1991, CPI do Extermínio de Crianças e Adolescentes).

- **Infrator, delinquência juvenil, menor em situação irregular, inadaptação juvenil:** alvo de grandes discussões, esse parece ser o tema mais polêmico. A expressão mais recente, "adolescente em conflito com a lei", também se inclui aí.

Objeto de preocupação de profissionais e pesquisadores de diversas áreas, é tema de teses, artigos, reportagens na imprensa escrita, rádio e tv, tendo sido inclusive motivo de criação de comissão de inquérito. Embora seja visto, com relativa freqüência, como problema jurídico, de polícia e segurança pública, outros autores apresentam concepções mais amplas, contemplando elementos de natureza político-econômico-social e cultural na abordagem do problema.

Ao contrário, contudo, do que se possa pensar, enquanto objeto de pesquisa, nem o problema, nem sua abordagem numa concepção mais ampla, são novidades.

A análise do material permite uma importante constatação. A de que ocorrem mudanças no referencial teórico utilizado. Por exemplo, a incorporação nos textos mais recentes, de termos e conceitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA).

A leitura mais detida de alguns textos nos leva a acreditar, que a concepção desse problema se delimita, e transforma, a partir da discussão de dois eixos conceituais principais. Um primeiro, anterior ao ECA, que relaciona 'marginalidade' e 'sistema político-econômico-social' e um mais recente, que relaciona 'direito' e 'sistema político-econômico-social'. Observando essa distinção, concluímos por incluir também "direito e cidadania" como tema deste levantamento.

Os dados sobre a situação atual mostram, contudo, que a realidade das crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em especial as ainda "categorizadas" como "infradoras", não apenas não mudou, como parece ter perversamente piorado, colocando este como um problema social e de pesquisa de fundamental importância, o que implica esforço de investigação na busca de respostas, que possibilitem a identificação de alternativas de intervenção.

Parece que, a despeito do reconhecimento legal de sua condição especial de "pessoas em desenvolvimento" e de seus direitos como tal, o contingente de crianças e adolescentes que padece a falta de atenção e a própria exclusão dos Serviços e Programas de Atenção é expressivo. Longe de se constituir clientela de serviços públicos, são metas abstratas de Políticas Públicas, que, por diversas razões, não se transformam em programas ou ações. A literatura analisada confirma a todo momento essa contradição. De um lado, leis avançadas determinando a proteção e a atenção integral e prioritária à criança e ao adolescente, de outro, a realidade política-econômica e social determinando a cultura do descaso, da omissão, da convivência e da prática de violência contra a criança e o adolescente.

Apresentamos a seguir, uma parte dos títulos levantados, selecionados, inicialmente, de acordo com sua relevância para esse estudo e, num segundo momento, agrupados por tema apresentado. A rigor, não poderíamos classificá-los dentro de uma única categoria, uma vez que em quase todos eles, a discussão passa pelos demais temas. Fizemos a classificação, conforme referimos anteriormente, pela identificação do tema como objeto central de análise do autor.<sup>1</sup>

**Meninos(as) de rua, crianças carentes, crianças abandonadas, menores abandonados:**

ALVIM, M.R.B. e VALLADARES, L.P. **Infância e Sociedade no Brasil: uma análise da literatura.** BIB, Rio de Janeiro, n.26, p.3-37, 1988.

<sup>1</sup> Como o número de títulos é grande, optamos por excluir parte deles, cuja abordagem estava contemplada; entre esses figuram 7 artigos de outros países (México [1], Argentina [1], Venezuela [1], Colômbia [4]), vários textos relativos a projetos, programas e propostas de intervenção e muitas das matérias coletadas em jornais.

BETO, F. **Brincando nos campos da infância.** O Estado de São Paulo. 09/10/1996. p.A-2.

BLANC, C.S. et al. **Urban Children in distress: global predicaments and innovative strategies.** UNICEF/Gordon and Breach, Florence, 1994.

BNDES/ASSOMA. **Anais do Seminário sobre meninos de rua.** Curitiba. 1988.

BOND, L.S. La dolorosa realidade los niños de la calle. **Bol. of Sanit. Panam.** vol.114, n.2, 1993, p.97-104.

BYRNE, L. **Health risks of Rio's street children.** BMJ, vol. 304, 1992, p.1459-1460.

CBIA/IEE-PUC. **Cadernos de Ação n.3. Trabalhando Abrigos.** São Paulo. 1993.

CURY, M. Os filhos do Brasil-I. **Rev. Cidade Nova.** AnoXXXIII. N.10. 1991. São Paulo. p.4-6.

EISENSTEIN, E. e SOUZA, R.P. (coords.) **Situações de risco à saúde de crianças e adolescentes.** Vozes/CECIP/CENESPA, Rio de Janeiro, 1993.

FERREIRA, N.T. Meninos de rua: um desafio para a escola. **Rev. Em aberto,** Brasília, ano 13, n.53, jul/set 1993, p.85-93.

FREIRE, P. **O papel do educador.** S.Paulo, FEBEM, 1984. Palestra proferida no Centro Teotônio Villela da FEBEM, em 15/01/84.

GAUDIANO, A. Reflexiones sobre las estadísticas de la infancia abandonada. **Bol. Interam. del Niño,** n.219, 1983, p.55-62.

GITSIO, F. **SOS enfrenta resistência de jovens nas ruas.** O Estado de São Paulo. 30/10/1996. p.C-4.

GITSIO, F. **Garotos levados para o SOS voltam às ruas.** O Estado de São Paulo. 31/10/1996. p.C-4.

- GRACIANI, M.S.S. Educação Popular: A perspectiva da superação. **Anais do Seminário Criança e Adolescente em situação de risco: uma compreensão necessária.** Curitiba; 1996. p.101-109.
- GRACIANI, M.S.S. A construção social da identidade de meninos(as) de rua. **Rev. Bras. Cresc. Des. Hum.** II(1), 1992. p.147-153.
- GUNTHER, H. Interviewing street children in a brazilian city. **Journal of Social Psychology**, 132(3), p.359-367. (não consta o ano).
- JUNQUEIRA, L. **Abandonados.** S.Paulo, Ed. Ícone, 1986.
- MARTINS, S.B. e EBRAHIM, G.J. The female street children of Rio de Janeiro: a qualitative study of their backgrounds. **J. Trop. Pediat.** 1995; v.41, p.43-6.
- MENINAS de rua são mais duras do que meninos.** O Estado de S.Paulo, S.Paulo, 06/05/1996, p.C-1.
- MORATO, H.T.P. e ROCHA, M.C. Educador de rua: um desafio à abordagem centrada na pessoa? **Boletim de Psicologia**, 42 (96/97): 1-13, 1992.
- NASCIMENTO, G. **O céu por coberto.** Revista Isto É. N.1364. (22/11/95) P.52-4. São Paulo.
- OS MENINOS de rua.** O Estado de S.Paulo, S.Paulo, 10/01/1997, p.A-3.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/IPPUC. **Programas desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Curitiba para o atendimento às crianças e adolescentes na faixa de 0 a 17 anos.** Curitiba, PMC/IPPUC, 1992.
- RIZZINI, I. et al. **Brazil: A new concept of childhood.** in BLANC, C.S. Urban Children in distress: global predicaments and innovative strategies. UNICEF, Italia, 1994.
- RYDLE, C. **Crianças de rua S.A.,** O Estado de São Paulo. 15/09/1996, p.C-1,3.
- ROMERO, F. **A escola das ruas.** O Correio da Unesco, ano 19, n.12, 1991, p.16-8.
- ROSA, A.C.S. et al. The street children of Recife: a study of their background. **J. Trop. Pediat.** 1992, v.38, p.34-40.
- ROSEMBERG, F. O discurso sobre criança de rua na década de 80. **Cad. Pesq.,** S.Paulo, n.87, p.71-81, 1993.
- ROSEMBERG, F. Estimativa de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo. **Cad. Pesq.,** S.Paulo, n.91, p.30-45, 1994.
- SANTOS, H.O. **Crianças abandonadas.** in SANTOS, H.O. Crianças esquecidas. Campinas, Edit. Pontes, 1995, p.41-55.
- SANTOS, H.O. **Crianças esquecidas.** Campinas, Ed. Pontes, 1995.
- SECRETARIA DO MENOR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Casa Aberta: 3 anos de experiência.** São Paulo, 1990.
- SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA. **Relatório de dados da ação Emergencial - Atendimento e encaminhamento de crianças e adolescentes que se encontram no anel central da cidade de Curitiba.** Prefeitura Municipal de Curitiba, 1995, Curitiba.
- SECRETARIA MUNICIPAL DO MENOR/IPPUC. **Levantamento das entidades sociais que atuam com a criança e o adolescente carentes em Curitiba.** Curitiba, 1989.
- SILVA, A.S. et al. Observações sobre o universo mental das crianças de rua. **Revista ABP-APAL**, 13(3), p.85-96, 1991.

- UNICEF/ONU Encontro Mundial de Cúpula pela Criança: Declaração mundial sobre a sobrevivência, a proteção e o desenvolvimento da criança e Plano de ação para implementação da Declaração Mundial sobre a sobrevivência, a proteção e o desenvolvimento da criança nos anos 90. Nações Unidas, Nova York, 30/09/1990.
- WILLIAMS, C. Who are "street children"? A hierarchy of street use and appropriate responses. *Child Abuse & Neglect*. vol.17, p.831-841, 1993.
- Trabalho infantil ou "exploração do trabalho infantil":**
- CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTOS. **O cotidiano das crianças e adolescentes que trabalham e estudam na cidade de Santos**. Santos, 1995 (mimeo) Inclui texto de COSTA, A.C.G. O adolescente e o trabalho.
- DAL-ROSSO, S. e RESENDE, M.L.S. **As condições de emprego do menor trabalhador (comerás o pão com o suor de teu rosto)**. Thesaurus, 1986, Brasil.
- FAUSTO, A. e CERVINI, R. (Org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo, Cortez, 1991.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Crianças & adolescentes: indicadores sociais**. v.3. Rio de Janeiro, 1989.
- GRUPO DE TRABALHO NACIONAL. **Tribunal Nacional contra o trabalho Infantil**. Ed. FG., Brasília, 1995.
- HUZAK, I. e AZEVEDO, J. **Crianças de fibra**. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994.
- MATEOS, S.B. Nossas crianças: a sucata do progresso. *Rev. Atenção*, ano 1, n.2, p.8-16, 1992.
- MONTEIRO, S. **Infâncias perdidas**. Jornal da ABRAPIA, ano III, n.8, Rio de Janeiro, Jan/Fev/Mar/Abr/93, p.4-5.
- O TRABALHO das crianças no mundo**. O Correio da Unesco, ano 19, n.12, 1991, p.37-8.
- PACTO de Minas pela educação**. (31 de janeiro de 1994) (mimeo)
- PACTO do Bandeirantes pela Erradicação do Trabalho Infantil no Setor Sucro-Alcooleiro**. (09 de abril de 1996) (mimeo)
- PACTO de Araraquara pela Erradicação do Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva do Setor Cítrico**. (28 de maio de 1996) (mimeo)
- PEREIRA, A.C. **Crianças sem infância**. O Estado de São Paulo, 21/12/95, p.A-4.
- PEREIRA, I. **Crianças/adolescentes: o trabalho**. *Forum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente*. 1994. (mimeo)
- PEREIRA, I. (Coord). **O Estatuto da Criança e do Adolescente e os trabalhadores da área da menoridade**. In SITRAEMFA/CBIA, *Cadernos Populares* n.4, São Paulo, Forja Ed., 1991.
- PEREIRA, P. **Crianças são exploradas em pedreiras na Bahia**. O Estado de São Paulo, 01/12/96, p.A-29.
- PEREIRA, P. **Crianças deixam escola para cortar sisal**. O Estado de São Paulo, 03/12/96, p.A-20.
- TONIN, M.M. **Análise Conjuntural da Realidade Mundial e Brasileira na Atualidade**. *Anais do Seminário Criança e Adolescente em Situação de risco: uma Compreensão necessária*. Curitiba; 1996. p.09-22.
- Prostituição infantil:**
- DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. **Relatório**

- Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil. Suplemento ao DCN n.155, 21/out/1994, Brasília, Vol.I-IV.
- DIMENSTEIN, G. **Brasil tem 500 mil menores prostituídas**. Folha de São Paulo. 25 out. 1990, p.C-1.
- DIMENSTEIN, G. **Meninas da noite: a prostituição de meninas escravas no Brasil**, 12a ed., Ática, São Paulo, 1995.
- DIMENSTEIN, G. **Tráfico de meninas é o retrato mais perfeito da crise brasileira**. Folha de São Paulo. 14 fev. 1992, p.1-7.
- DIMENSTEIN, G. **Virgindade vai a leilão e alcança até US\$400**. Folha de São Paulo. 9 fev. 1992, p.1-9.
- JUNQUEIRA, L. **Prostituição: meio de Sobrevivência**. In JUNQUEIRA, L. Abandonados. Editora Ícone. São Paulo. 1986. Cap.VIII. p131-144.
- KRITSCH, R. **Prostituição infantil cresce em Brasília**. O Estado de São Paulo, 17/11/96, p.C-4.
- KRITSCH, R. **Direitos humanos**. O Estado de São Paulo, 17/11/96, p.C-1.
- SANTOS, C.M.A. et al. **Prostituição Infantil: considerações teóricas e observações sobre a realidade de Fortaleza**. **Rev. de Psicologia**, Fortaleza, V.7(1/2),V.8(1/2): p.97-113, Jan/Dez.; 1989/90.
- SANTOS, H.O. **Prostituição Infantil**. in SANTOS, H.O. Crianças Esquecidas, Ed. Pontes, Campinas, 1995, p.69-76.
- TONIN, M.M. **A exploração de crianças no mundo**. **Anais do Seminário Criança e Adolescente em Situação de risco: uma Compreensão necessária**. Curitiba, 1996. (mapa)
- UNICEF. **Seminário discute Exploração sexual**. Em Ação. Informe Especial UNICEF, p.1,4, Rio de Janeiro, jul/96.
- Drogas, drogadição na infância:**
- ALBUQUERQUE, L. **FEBEM tem mais envolvidos com droga**. O Estado de São Paulo, 16/08/1996, p.C-3.
- BENITES, M. **Crack: enfrentando o pesadelo**. **Rev. Cidade Nova**, n.6, São Paulo, 1992, p.28-9.
- BERGONSO, N. e SALVADOR. **Drogas: o respeito à palavra do adolescente**. Ed. Jaburu. (Série Adolescência) (ano e local: não constam)
- CARLINI, E.L.A. **Uso ilícito de drogas lícitas pela nossa juventude. É um problema solúvel?** **Rev. Bras. Cres. Des. Hum.** II(1), 1992, p.129-143.
- CARLINI, E.L.A. **Preliminary Note: dangerous use of anticholinergic drugs in Brazil**. **Drug and Alcohol Dependence**, 32, 1993, p.1-7. Elsevier Scientific Publishers Ireland Ltd.
- CARLINI-COTRIN, B. **Dados sobre o consumo de drogas por adolescentes no Brasil**. **Rev. ABP-APAL**, vol. 9, n.3, p.99-102, 1987.
- CARLINI-COTRIN B. e CARLINI, E.A. **O consumo de solventes e outras drogas em crianças e adolescentes de baixa renda na Grande São Paulo. Parte II: Meninos de rua e menores internados**. **Rev. ABP-APAL**, vol. 9, n.2, p.69-77, 1987.
- DIMENSTEIN, G. **Tráfico de drogas usa meninas prostitutas**. Folha de São Paulo. 7 fev. 1992, p.1-9.
- FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE (Secretarias do Estado de São Paulo). **Programa permanente de prevenção ao uso indevido de drogas: 2 anos de realizações**. (Obs.: Sem data e local de publicação; ano provável: 94)

- GRANDE São Paulo lidera consumo entre estudantes. O Estado de São Paulo, 05/01/1997, p.C-3.
- LOMBARDI, R. Equipe especial combaterá drogas nas escolas. O Estado de São Paulo, 05/01/1997, p.C-1.
- MADRIGAL, E. Abuso de substâncias entre adolescentes de América Latina. OMS/OPAS. **Seminário Taller Itinerante "Servicios de salud para adolescentes"**, Washington, junho/1987, p.21-2.
- MEDEIROS, E.B. **Drogas: prevenção hoje**. Conselho Municipal de Entorpecentes (COMEN), Porto Ferreira, 1992.
- RENATO, C. e SOARES, R. **Tráfico alicia cada vez mais menores no Rio**. O Estado de São Paulo, 15/09/1996, p.C-5.
- RUEGG, F. The International Catholic Child Bureau and drug abuse: contributions to drug abuse prevention by a non-governmental organization concerned with children. **Bulletin on Narcotics**, vol.XLIII, n.1, 1991, p.9-15.
- STREET children and substance abuse. **World Health Forum**. Vol,14, 1993, p.434-5.
- TUFIC, S. **Abuso de drogas**. In Adolescência e Saúde/ Comissão de Saúde do Adolescente. Paris Edit. São Paulo, 1988, p.191-210.
- Violência e vitimização infantil:**
- ALVES, M.M. Violentos ou Violentados. **Forum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo, 1994. (mimeo)
- AZEVEDO, M.A. e GUERRA, V.N.A. (org) "**Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**". São Paulo, Iglu editora, 1989.
- BARISON, M.S. **Famílias envolvidas em situação de maus-tratos contra a criança e o adolescente**. in MBES/CBIA, **Família: ponto de chegada ou de partida?** Cadernos CBIA. Vol.4. Ano 1. p.39-43., Rio de Janeiro, 1992.
- BARRETO, A. Políticas Sociais e Assistenciais Existentes. **Anais do Seminário Criança e Adolescente em Situação de risco: uma Compreensão necessária**. Curitiba. 1996. p.23-33.
- CAMPBELL, J. **International debt, death squads, and children**. BMJ, vol.305, 1992, p.187.
- CUBELLS, F. **Proteção ao menor**. Trad. Yolanda S. Toledo. Ed. Loyola, São Paulo, 1992.
- LOGIE, D. **The great exterminator of children**. BMJ, v.304, 1992, p.1423-6.
- MINAYO, M.C.S.(Coord). **Bibliografia comentada da produção científica brasileira sobre violência e saúde**. Centro Latino-Americano de Estudos sobre violência e saúde (CLAVES), Rio de Janeiro, ENSP, 1990
- PINHEIRO, P.S. **A criança e o adolescente: compromisso social**. in AZEVEDO, M.A. e GUERRA, V.N.A. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. p.9-11. São Paulo, Edit. Iglu, 1989.
- ROGERS, C. **As gangues de adolescentes**. O Correio da Unesco, ano 19, n.12, 1991, p.19-21.
- SANTOS, H.O. **Crianças espancadas**. Campinas, Edit. Papirus, 1987.

- SEGAL, U.A. e ASHTEKAR, A. **Detection of intrafamilial child abuse: children at intake at a children's observation home in India.** Child Abuse & Neglect, v.18, n.11, p.957-967, USA, 1994.
- SITUAÇÃO da infância no Brasil. **Cadernos do Terceiro Mundo**, n.99, 1987, p.37-47.
- Infrator, delinqüência juvenil, menor em situação irregular, inadaptação juvenil, adolescente em conflito com a lei:**
- CEBRAP. **A criança, o adolescente e a cidade:** estudo sociológico sobre a marginalidade e a reintegração sociais do menor na cidade de São Paulo. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. São Paulo, 1972.
- CURY, M. Os filhos do Brasil-II. **Rev. Cidade Nova.** AnoXXXIV. N.6. 1992. São Paulo. p.12-14.
- CIAADI. **Relatório do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator.** Curitiba, 1994. (Mimeo)
- DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. **Relatório da Comissão Especial de Inquérito sobre o problema do menor.** São Paulo, 30/09/1980, p.83-114.
- FEBEM registra recorde no número de internações. O Estado de São Paulo, 30/10/1996, p.C-4.
- JUNQUEIRA, L. **Dezesseis anos depois.** In JUNQUEIRA, L. Abandonados. Edit. Ícone. São Paulo. 1986. Cap.XI. p.169-175.
- JUNQUEIRA, L. **O Código de Menores.** In JUNQUEIRA, L. Abandonados. Edit. Ícone. São Paulo. 1986. Cap.X. p.155-168.
- LEAL, G. **Psicóloga tenta identificar futuros criminosos.** O Estado de São Paulo, 13/10/1996, p.C-8.
- LOMBARDI, R. **Pesquisa traz perfil do assassino mirim.** O Estado de São Paulo, 01/12/1996, p.C-13.
- MAIORIA dos menores da Febem é do interior. O Estado de S.Paulo, S.Paulo, 1996, p.C1.
- PEREIRA, I. (Coord). **O Estatuto da Criança e do Adolescente e as medidas sócio-educativas.** In SITRAEMFA/CBIA, Cadernos Populares n.7, São Paulo, Forja Ed., 1991.
- PEREIRA, I. (Coord). **O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Questão do Delito.** In SITRAEMFA/CBIA, Cadernos Populares n.3, São Paulo, Forja Ed., 1991.
- RIZZINI, I. e RIZZINI, I. **Menores institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de oitenta.** in FAUSTO, A. e CERVINI, R. (Org.). O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo, Cortez, 1991.
- SANTOS, H.O. **Crianças e adolescentes em conflito com a lei.** in SANTOS, H.O. Crianças Esquecidas, Ed. Pontes, Campinas, 1995, p.77-87.
- SCHNEIDER, L. **Marginalidade e delinqüência juvenil.** São Paulo, Cortez, 1982.
- SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E ASSUNTOS DA FAMÍLIA/FUNDO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ. S.A.S. **Serviço de Atendimento Social: Programas - Recepção e Triagem - Internação Provisória.** CIAADI. Curitiba, 1996. (mimeo)
- SEDA, E. **A privação da liberdade como medida sócio-educativa para o infrator.** Forum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. São Paulo, 1994. (mimeo)

- SITRAEMFA/FEBEM. **Diagnóstico da Fundação do Bem Estar do Menor: para onde caminha a FEBEM? SITRAEMFA**, junho/1996 (mimeo)
- SÜDBRACK, M.F.O. e COSTA, L.F. **A contribuição da abordagem sistêmica no trabalho com famílias sobre problemas com crianças e adolescentes.** in MBES/CBIA, **Família: ponto de chegada ou de partida? Cadernos CBIA**. Vol.4. Ano 1. Rio de Janeiro, 1992. p.26-31.
- Cidadania, Direitos da criança e do adolescente:**
- BARREIRA, M.C.R.N. et al. **Cadernos de ação n.2: Trabalhando Conselhos Tutelares.** CBIA/IEE-PUC, São Paulo, 1992.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NA CIDADE DE SÃO PAULO. **Crianças em debate: relação ECA-LOAS e Programa de orientação Sócio-Familiar-PROASF.** Informativo n.10, 18/04/96.
- CAMPOS, M.M.M. **Questões sobre o caráter público dos convênios de atendimento à infância.** Cad. Pesq., São Paulo, n.95, 1995, p.79-95.
- COSTA, A.C.G. **Falta vontade política para garantir os direitos de cidadania das crianças.** *Rev. Bras. Cres. Des. Hum.* III(1), São Paulo, 1993.
- COSTA, A.C.G. **O novo direito da criança e do adolescente no Brasil: o conteúdo e o processo das mudanças no panorama legal.** in MAS/CBIA. **Municipalização: possibilidade ou realidade.** Cadernos CBIA, ano 1, n.2. Rio de Janeiro, 1992, p.11-14.
- DANTAS, M.G. **Dados de implantação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares.** in MBES/CBIA, **Família: ponto de chegada ou de partida? Cadernos CBIA**, ano 1, n.4, Rio de Janeiro, 1992, p.67-79.
- DIMENSTEIN, G. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil.** São Paulo, Ática, 11a edição, 1995a.
- ECA - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - Lei Federal n. 8.069 de 13 de julho de 1990. UFSCar/CMDCA de São Carlos, São Carlos, 1993.
- FIGUEROA, A.N. (Coord). **Da situação irregular às garantias processuais da criança e do adolescente.** CBIA/Cedeca-ABC, São Paulo, 1994.
- FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Direitos da criança e do adolescente.** IMESP, São Paulo, 1993.
- MORAES, E.S. **O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente: aspectos jurídicos.** in MAS/CBIA **Municipalização: possibilidade ou realidade.** Cadernos CBIA, ano 1, n.2. Rio de Janeiro, 1992, p.24-26.
- PEREIRA, I. (Coord). **O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Justiça da Infância e da Juventude.** In SITRAEMFA/CBIA, **Cadernos Populares n.6**, São Paulo, Forja Ed., 1991.
- PEREIRA, I. (Coord). **O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política de Assistência Social.** In SITRAEMFA/CBIA, **Cadernos Populares n.9**, São Paulo, Forja Ed., 1992.
- PEREIRA, I. (Coord). **O Estatuto da Criança e do Adolescente e a questão da municipalização.** In SITRAEMFA/CBIA, **Cadernos Populares n.5**, São Paulo, Forja Ed., 1991.
- TEIXEIRA, M.L.T. **Liberdade Assistida: uma polêmica em aberto.** IEE-PUC/CBIA, **Série Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente**, Caderno n.1, São Paulo, 1994.

**Abstract:**

This work presents the partial results of a bibliographic survey of "children and adolescents in situation of personal and social risk" and shows the conceptual difficulties encountered in the delimitation of the problem. A list of selected titles, classified by the principal themes (or situations) described by their respective authors, is presented, with the intention of demonstrating how the literature reflects the range of the problem and the diversity of situations encountered.

**Key words:** street children, abandoned children, child prostitution, delinquency, needy children, child labor, situation of risk, children, adolescents.